



Revista Epistemologia
ISSN-2526-4761

INDIVÍDUO, COMUNIDADE E ASCENSÃO SOCIAL: A FALTA DE RECONHECIMENTO NO ESPAÇO PÚBLICO COMO FORMA DE NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES E MARGINALIZAÇÃO SOCIAL

Neylton Allan Costa Santos¹⁶

Resumo: O objetivo principal deste artigo é tentar compreender como a falta de reconhecimento em um espaço público que deveria ser de realização social e política do indivíduo, pode forjar sérias consequências pessoais para sua aceitação em uma sociedade marcada por diferenças sociais históricas. Além disso, o trabalho busca analisar como a relação (ou a falta dela) do indivíduo com a comunidade e a sociedade pode comprometer as buscas por ascensão social e quais parâmetros que o reconhecimento e o não reconhecimento fomentam para a marginalização social naturalizada.

Palavras-chave: Reconhecimento, indivíduo, comunidade, público, desigualdade.

Abstract: The main objective of this article is to try to understand how the lack of recognition in a public space that should be of social and political realization of the individual can create serious personal consequences for its acceptance in a society marked by historical social differences. In addition, the study seeks to analyze how the relationship (or lack thereof) of the individual with the community and society can compromise the search for social ascension and what parameters recognition and non-recognition foster for naturalized social marginalization.

Keywords: Recognition, individual, community, public, inequality.

Resumen: El propósito principal de este artículo es tratar de comprender cómo la falta de reconocimiento en un espacio público que debe ser el logro social y política individual puede forjar graves consecuencias personales para su aceptación en una sociedad marcada por las diferencias sociales e históricos. Además, el documento analiza cómo la relación (o falta de ella) de la persona a la comunidad y la sociedad pueden poner en peligro la búsqueda de avance social y qué parámetros el reconocimiento y no reconocimiento de promover la marginación social naturalizada.

Palabras clave: reconocimiento, individual, comunitario, público, la desigualdad.

* * *

INTRODUÇÃO

São intensas e constantes as propagandas advindas de inúmeros meios, tanto institucionais quanto sociais, sobre ascensão pessoal e social. O discurso do protagonismo individual como impulsionador de conquistas pessoais é quase sempre difundido como algo

¹⁶ Mestrando em Sociologia pela UFPB.



Revista Epistemologia

ISSN-2526-4761

acessível e inalienável. Porém, aliado a sucessivos atropelos históricos, reproduções de marginalizações de classe, raça e gênero, por exemplo, pressões mercadológicas e estatais que moldam personalidades produtivas específicas (que geraram e geram exclusão social), existem também questões mais complexas dentro das próprias relações sociais.

No caso, a busca por uma estabilidade financeira (nos atuais ditames econômicos) ganha relevância pelas necessidades criadas de geração em geração. Mas, destaca-se aqui nesse trabalho, a busca por reconhecimento e uma autoimagem ratificada pelas pessoas que nos cercam, mediante aceitação de nossas qualidades, capacidades e especificidades. Além disso, a não aceitação e o não reconhecimento por parte da comunidade específica podem acarretar transtornos pessoais que provavelmente interferirão de forma drástica na vida dos indivíduos (HONNETH, 2003, p.125).

Através desta premissa, percebe-se que a celebração do mérito individual justifica todo e qualquer privilégio em nossa modernidade. Legitima-se os despossuídos e desprivilegiados, “dando-lhes” o peso da culpa de seus infortúnios, fortalecendo cada vez mais a noção de que nós construímos nossas próprias vidas, ratificando e naturalizando a marginalização social e tolhendo-nos de uma ligação com nossos semelhantes.

Diminui-se constantemente a capacidade de construir propósitos juntos e cumpri-los, formando assim agrupamentos parciais em que, dificilmente, se almejarão questões de interesse social em uma esfera pública maior. Uma das graves consequências dessa atomização é a dificuldade de unir a sociedade em torno de programas comuns à todos e ao mesmo tempo concatenar demandas de grupos específicos, demonstrando assim um ideal comum e um respeito às diferenças (HONNETH, 2003, p.114).

Neste presente artigo, pretende-se trabalhar como a falta de reconhecimento social pode atingir de forma significativa a vida das pessoas que buscam ascensão social, já que foram tolhidas basicamente pela “ideologia espontânea do capitalismo”. Esta luta por reconhecimento pode estar atrelada a falta de um espaço público que se proponha e se busque participação, para possivelmente garantir o fortalecimento da cidadania como provedora de identidade, direitos básicos e justiça social para uma grande parcela da população marginalizada. Partindo de uma ideia de autoimagens rechaçadas e de uma desvalorização da noção de esfera pública, há uma tendência de séculos de um eu mais valorizado, em que o social se perde no individual.



Revista Epistemologia
ISSN-2526-4761

Nesta tentativa de compreender como se naturaliza mais ainda as desigualdades e marginaliza milhões de pessoas, serão utilizados conceitos que vão desde Jessé de Souza e sua “ralé” estrutural ou *subcidadãos* (2006), até Charles Taylor, Patrícia Mattos e Axel Honneth que trabalham com o reconhecimento ou a falta dele para a construção de uma identidade pessoal através de uma comunhão (ou a falta dela) com os demais. Além deles, o conceito de “Esfera Pública” de Jürgen Habermas e Richard Sennett, que demonstra o crescente afastamento do indivíduo para com a vida pública e a comunidade, dando-nos uma análise moral sobre um egoísmo que nos afasta do que deveria ser público. Juntos, eles auxiliarão em uma possível compreensão acerca do espaço público e da atuação cada vez mais distante do ser humano, em um local que deveria ser de realização cidadã plena e obtenção de direitos civis e políticos básicos.

1. O RECONHECIMENTO E A AUTENTICIDADE COMO MOLDADORES DO INDIVÍDUO

1.1. Um breve histórico

Reconhecimento produz hoje um dos grandes debates da sociologia, psicologia e filosofia, tratando do nexo que existe entre a experiência do próprio reconhecimento e a relação da pessoa em si, resultando disso uma estrutura intersubjetiva da identidade pessoal. (HONNETH, 2003, p. 43). Dentre os grandes expoentes deste valioso debate para a sociologia, estão Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser.

Em uma breve informação histórica, uma das vertentes da filosofia social moderna aporta em um terreno num determinado momento da história das ideias em que a vida social é definida fundamentalmente por uma relação de luta por autoconservação. Eis que Nicolau Maquiavel (1922) e seus escritos políticos direciona-se para um conceito ligado à uma concorrência permanente de interesses dos sujeitos individuais. O processo político (junto com a economia), que era ligado ao quadro protetor dos costumes tradicionais, graças à autonomização de principados e cidades, imprensa, manufatura e novos métodos de comércio, desvencilha-se deste quadro protetor, pois não havia mais espaço para estudá-lo baseando apenas em uma ordem normativa de um comportamento virtuoso. Agora, o autor italiano introduz o conceito do homem como um ser egocêntrico e atento à questões próprias (HONNETH, 2003, p.33).



Revista Epistemologia
ISSN-2526-4761

Para Taylor, Santo Agostinho inaugura as fontes morais como formadoras da cultura ocidental em sua busca pela razão (divina) na interioridade. Além disso, explicita a diferença qualitativa entre os que vivem apenas e os que têm consciência que vivem, o que foi fundamental para firmar a noção de reconhecimento como fonte de autoestima socialmente compartilhada. O modelo de domínio racional ganha forma através de concepções mecanicistas do mundo com Galileu e a descoberta da fonte da moralidade residida no “eu” com Descartes. Sendo assim, as fontes de autoestima e de dignidade se voltam para a manutenção do nosso próprio senso de valor, guiados por nossas percepções, e não algo para os “outros verem” (SOUZA, 2003, p. 31).

Porém, o filósofo alemão Friedrich Hegel (1967) é quem, segundo os autores, inicia o estudo sobre a luta por reconhecimento, mostrando que o reconhecimento mútuo se dinamiza através do reconhecimento social, em que o indivíduo aprende a conhecer e realizar novas dimensões de sua própria identidade. Diferenciando-se da teoria Hobbesiana da luta por reconhecimento através da autopreservação física, o desafio se dá através da aceitação intersubjetiva de inúmeras dimensões da subjetividade humana, enaltecendo o conflito constante das pessoas como elemento constitutivo da vida social, engendrando relações sociais cada vez mais desenvolvidas. Este conflito, que tinha caráter destrutivo e efêmero, agora inicia o momento positivo de formação e desenvolvimento do processo social, dando uma guinada na lógica do reconhecimento. (SOUZA, 2000, p. 97).

1.2. A construção dialógica do eu

O individualismo moderno, como já foi trabalhado anteriormente, junto ao crescimento da razão instrumental, traz consigo uma diferença significativa em relação ao termo como constantemente o propagamos. Não seria uma individualidade exacerbada apenas, mesmo havendo características similares. As demandas por redistribuição somaram-se às de reconhecimento mostrando que, nas sociedades ocidentais, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, havia bem mais lutas contra injustiças sociais específicas que não eram demarcadas como universalizantes.

O Individualismo foi associado a autorrealização, pregando-se fidelidade a si mesmo, buscando valorizar as diferenças dentro de um quadro que parecia ser o mais homogêneo



Revista Epistemologia
ISSN-2526-4761

possível. O ideal de autenticidade identifica-se, em partes, a um certo tipo de liberalismo, segundo Taylor, que seria uma tomada de posição neutra em relação ao outro. O autor trabalha o conceito do que seria uma vida boa, ou seja, o que seria a busca de cada indivíduo em sua forma particular do que o apeteceria como bom, sem nenhuma intervenção estatal. (TAYLOR, 2010, p. 26).

Dentro deste quadro, Taylor aponta para uma construção dialógica de nossa identidade, ou seja, de uma troca com os outros. Vamos nos moldando, nos construindo como seres humanos através da linguagem, e linguagem num sentido mais amplo, abrangendo expressões das mais diversas. Não adquirimos essas características que nos formam monologicamente, por nós mesmos, e não se restringe apenas à apreendermos as linguagens necessárias para seguirmos nossas vidas e nossos interesses individualmente. O conflito é necessário para a expansão desse horizonte do constructo individual e social, indo além do diálogo apenas. Mesmo com as socializações primárias (como família, por exemplo), nós continuamos nessa relação dialógica pelo resto de nossas vidas. Segundo Taylor:

Quando conseguimos entender o que é nos definir, determinar em que nossa originalidade consiste, vemos que temos de tomar como pano de fundo algum sentido do que é significativo. Definir-me significa encontrar o que é significativo na minha diferença dos demais (TAYLOR, 2010, p. 45).

Como dito anteriormente, o individualismo moderno está intimamente ligado não só à liberdade do indivíduo, mas também a um tipo de aceitação das diferenças, em diversos modelos de sociedade. Há uma enorme diferença entre o que Taylor chama de “individualismo de anomia e desagregação”, já que este não possui ética social. Diferentemente do individualismo como princípio moral ou ideal que pode ser um viés para uma convivência digna com o outro e suas diferenças. Nossa identidade precisa do reconhecimento do outro (TAYLOR, 2010, p.52).

1.3 A falta de reconhecimento como uma das prerrogativas para a marginalização social

Antes de falar da falta de reconhecimento como uma das causas de múltiplas opressões, abrirei um adendo para uma passagem histórica importante. A ruptura das



Revista Epistemologia
ISSN-2526-4761

hierarquias sociais que serviam de base para a honra foi fundamental para a noção moderna de identidade e reconhecimento, visto que a honra estava ligada a desigualdade, pois para tê-la, outro não a teria, demarcando assim um privilégio.

Rompendo com a noção de honra, temos a dignidade como uma fonte moderna de algo que seria uma “dádiva universal e inalienável”. Conceito este, mais compatível com uma sociedade guiada por uma democracia de cunho universalista e igualitária e que, dadas às devidas proporções e tropeços históricos com minorias, deu origem a uma política de reconhecimentos iguais, variando com o passar dos anos e hoje exigindo uma maior análise e heterogeneidade para abarcar grupos e demandas específicas (TAYLOR, 2010, p. 52).

Retomando a questão de como o indivíduo se enxerga perante a sociedade, para Charles Taylor, nossa identidade é moldada, quase sempre, pelo reconhecimento ou pela ausência dele e distorções reais ao indivíduo podem ser geradas através de um não reconhecimento ou de um reconhecimento errôneo. Este exemplo nos mostra que tipo de opressão pode ser causada em uma pessoa com danos seríssimos para sua aceitação, pois se a sociedade ao redor do indivíduo lhe mostrar uma imagem depreciativa a seu respeito, a probabilidade dele construir uma imagem negativa de si mesmo é enorme.

Essa autoimagem da pessoa sendo não digna de respeito e admiração faz com que seja praticamente impossível sua participação em uma esfera pública. A interiorização da categoria de cidadão de segunda classe, de inferiorização, de subgente, tem fortes consequências na naturalização das desigualdades.

Ideias negativas a respeito do outro, maus-tratos, ofensas e rebaixamentos, ou seja, formas de reconhecimento recusado, não burlam apenas a liberdade de ação ou lhe causa danos. Elas perpassam uma construção intersubjetiva da própria pessoa, que foi feita de forma positiva, ofendendo a integridade humana que está assentada em padrões de reconhecimento. De uma junção interna entre individualização e reconhecimento se dá uma vulnerabilidade específica do indivíduo, ou seja, o conceito de desrespeito, pois a autoimagem de cada ser humano depende da possibilidade de uma vigilância positiva constante do outro. (HONNETH, 2003, p. 125).

Não apenas humilhações pessoais que formam o constructo individual de cada um são maneiras de rebaixamento pessoal e lesões psíquicas. A negação de direitos básicos e várias formas de humilhações públicas no que tange o insucesso de uma pessoa na vida, estão entre as categorias de desrespeito, que se transformam em privação ou negação do reconhecimento.



Revista Epistemologia
ISSN-2526-4761

Outra forma elementar de rebaixamento humano pode se dar através de formas práticas de maus-tratos, em que não é dada à pessoa todas as possibilidades da livre disposição sobre seu corpo, tolhendo-a de forma bastante violenta. Esse tipo de apoderamento sobre o corpo é a forma mais elementar de violência e rebaixamento pessoal, contra a sua vontade e independente da intenção, e lhe causará humilhações de proporções sem precedência, pois virá a interferir violentamente na sua autorrelação. Não é a dor corporal em si, e sim a conexão com o sentimento de estar sujeito à vontade de um terceiro e sem nenhum tipo de proteção, ocasionando uma perda na confiança em si mesmo e no mundo.

2. HABERMAS E A ESFERA PÚBLICA COMO UM REDUTO DE (POSSÍVEL) AUTORREALIZAÇÃO

O desenvolvimento tecnológico e social da nossa era moderna, dentre outras questões, traz consigo marcos importantes na configuração das nossas vivências. A liberdade moderna quebra com um quadro de “estancamento” de posições sociais, em que a pessoa tinha seu lugar e papel bem definidos. O individualismo, que pra Taylor é uma das fontes de preocupação a despeito da sociedade moderna, pode ser considerado uma revolução na forma de pensar, agir e escolher o que pretende-se pra vida de forma consciente. Resumindo, a liberdade moderna constitui-se uma fuga dos antigos horizontes morais (TAYLOR, 2010, p. 48).

O oposto desta desvinculação às normas e modos de vida inflexíveis, trouxe consigo a perda de um propósito maior, gerando assim uma visão menos global e abrangente das relações e das questões que impulsionam a vida. E essa consequência foi gerada, segundo Taylor, pela centralização da vida no individual. O indivíduo, que volta-se para si mesmo, seus interesses e anseios, tolhe sua preocupação com o outro e com a sociedade que o cerca, tirando os impulsos e paixões que dão significado à sua existência (TAYLOR, 2010, p. 32).

Esta sociedade do indivíduo livre para escolher o que lhe apetece, fecha-o em uma redoma de preocupações e desejos egoístas, próprios, e que o bastarão para viver em comunidade. Perde-se a vontade e o ímpeto político (no sentido etimológico da palavra) da participação política pelo bem comum, enclausurando-o em um mundo de desejos e satisfações que uma vida privada oferece, pois nessa nova configuração, o “fazer política” de



Revista Epistemologia
ISSN-2526-4761

um governo deve oferecer justamente os meios para que este tipo de satisfações pessoais sejam democratizadas e plenamente realizadas.

Aliado à essas características da sociedade moderna em que o individual prepondera e muda radicalmente o modo de pensar das pessoas, está o surgimento de uma instituição fundamental: a Esfera Pública. Junto com o Estado burocrático e o mercado capitalista como moldadores de perfis específicos dos cidadãos e cidadãs, a sociedade civil (representada na esfera pública) simboliza uma forma emergente de pensar no público o que se confabulava na esfera privada. O público, que era composto por um grupo seletivo, torna-se um viés de tomada de opiniões das coletividades.

Há uma redefinição dos locais público e privado, constituídos agora pelo Estado e pela família burguesa, nesse momento instituições cabais para os respectivos espaços. As trocas de informações, que se limitavam à grupos específicos, passam a se alastrar para novas fronteiras graças também à mudança do capitalismo comercial para o industrial. O Estado não é mais o principal detentor do conteúdo público já que a imprensa desvincula-se como um aparato apenas de seu usufruto, separando-se do poder estatal. Profissionais como burocratas estatais, liberais, professores, pastores, formam essa nova esfera que, de início, necessita de legitimação enquanto tal. “É a reunião de pessoas privadas num público” (SOUZA, 2000, p. 61).

Compondo este cenário, a transição de um Estado absoluto para um despotismo esclarecido não está mais sob um obscurantismo mas sim, deve dar satisfação e esclarecimento perante o público. As experiências privadas da esfera íntima da família, para Habermas, fazem emergir o que seria um dos principais pontos de partida da formação de uma opinião coletiva. Compondo este quadro histórico, está o florescimento das cidades e uma cultura de locais específicos de encontros e debates que institucionalizariam a esfera pública.

Habermas destaca o surgimento de uma força que cria obrigações recíprocas entre as pessoas, deixando de lado status sociais, advinda também da racionalidade, buscando justiça. As pressões e lutas sociais de massas que não vinham das famílias letradas burguesas, interesses de classes subalternas às aspirações burguesas, redefinem de forma drástica a Esfera Pública, tornando-a um espaço de pressão e de luta. Segundo Habermas, a intervenção estatal ganha terreno significativamente, criando um elo quase que indissociável entre esfera social e estatal. O mundo do trabalho e do Estado ganham cada vez mais a marca social, em



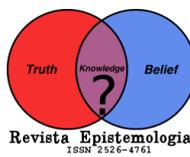
detrimento da família, que perde suas funções na esfera social, tornando-se um reduto privado, para a interioridade pessoal e sem a importância econômica e criadora (SOUZA, 2000, p. 61).

Um Habermas mais maduro vê no direito o imperativo que age, dentro dos parâmetros das sociedades “mais complexas”, para tentar consolidar formas racionais de um acordo, através de sanções. Uma vivência em sociedade mais consciente pode ser guiada através de uma relação entre “constrangimentos sociais” e uma racionalidade da vida. No caso, há uma sobrecarga dos atores em relação à integração social e o direito, livrando-lhes deste “peso”, havendo uma ligação entre ameaças de sanções pelo Estado, e estas mesmas sanções seriam legitimadas pelos próprios atores sociais que estariam nos papéis de vítimas e algozes, reconhecendo intersubjetivamente as normas, permitindo uma burocratização da dominação. Este mesmo direito civil moderno, centrado em um modelo contratual, aliado à ideia de um contrato social, fomentam um direito constitucional moderno e com aceitação coletiva (SOUZA, 2000, p. 84).

As novas estruturas sociais, a partir do desenvolvimento das sociedades modernas, são caracterizadas pela diferenciação de dois sistemas, funcionalmente interligados, que se materializam em aparelho burocrático do Estado e empresa capitalista. Há, nesse caso, a institucionalização de uma ação administrativa racional e econômica, e neste cenário de racionalização social e cultural, dissolvem-se as formas de vida tradicionais. A relação com as tradições, neste novo modo de vida racionalizado, ganhou um elo reflexivo, fazendo com estas mesmas tradições perdessem um pouco de sua espontaneidade natural, além de modelos de socialização que convergem a uma formação de identidades mais abstratas, ligadas ao “eu”, ocasionando uma ação individualizante.

A solidariedade ganha um papel fundamental no mundo contemporâneo, graças, segundo Habermas, ao Estado de direito, tendo que gerar uma equidade, um equilíbrio entre setores que agem agora indissociáveis, como dinheiro, poder administrativo e solidariedade. O direito deve alastrar-se para questões éticas, perpassando apenas as morais, que incorporam valores e interesses de modo universalizante. Diferenças dentro de uma coletividade devem ser valorizadas, identidades preservadas em suas heterogeneidades. Igualdade e justiça podem complementar-se, porém de forma consensual, abrangendo problemas diversos.

De maneira racionalizada, a esfera pública tem o dever de garantir uma forma de igualdade racional dentro dos trâmites e das contradições de uma democracia desigual. Há



Revista Epistemologia
ISSN-2526-4761

que se desenvolver, através de uma base social dentro da própria esfera pública, o desenvolvimento dos direitos igualitários dos cidadãos aliado ao respeito às pluralidades culturais.

Um pressuposto dessa ideia, por sua vez, é o fato de uma esfera pública, ou de modo mais abrangente, um modo de vida racionalizado, exigir uma base social de igualdade material e simbólica por meio da superação das barreiras criadas pela estratificação social e pela exploração sistemática (SOUZA, 2000, p.89).

Características citadas anteriormente que abrangem o leque de uma sociedade plural, sem barreiras sociais, que dê voz e vez à grupos historicamente marginalizados, podem se firmar através de uma esfera pública que tematize as opressões de modo eficaz. Sensibilizar a opinião pública, escancarando as atrocidades sociais legitimadas institucionalmente pelo mercado e Estado, pode dar vazão à um ímpeto modificador de outras camadas sociais. E mesmo com um Habermas mais brando no que se refere à uma manutenção de uma esfera privada para o funcionamento de uma sociedade civil, relatos diários, tentativas de identificação com o drama alheio através dos processos históricos de opressão e marginalização escancarados, nos mostram que pra muitos pode ser indissociável as duas esferas. No caso, em ambas, pode não haver realização plena do indivíduo em todas as suas capacidades e especificidades.

3. INTIMIDADE E ESFERA PÚBLICA

Na tentativa de compreender como enfraqueceu-se a atuação cidadã na vida pública e o porquê do afastamento daqueles que teoricamente compõem um espaço de luta por direitos básicos, Richard Sennett nos parece necessário. O conceito de “república” denota justamente associações, vínculos interpessoais que não possuem parentescos ou laços de amizade, de uma sociedade organizada e que está em comum acordo. Porém, segundo Sennett, os locais destinados a este tipo de encontros públicos estão em decadência, e a privacidade tornou-se um fim em si mesmo, de reflexão, de autoconhecimento.

Esta jornada que busca a obtenção de conhecimento sobre si mesmo foge, graças ao isolamento da vida privada e de um receio em relação à crueldade da vida social, do objetivo maior que deveria ser uma autorreflexão para o entendimento do mundo. No caso, o isolamento de certo modo “privatiza” os nossos estímulos e expressões das mais diversas, convergindo nossas preocupações à nós mesmos ao invés de expandir nossas vontades e



Revista Epistemologia

ISSN-2526-4761

sentimento de participação e comunhão a uma linha imaginária que vai até nossos limites morais.

A esta “imaginação psicológica da vida”, Sennett dá o nome de “intimidade”, que tem um significado diferente neste contexto. Segundo o autor:

‘Intimidade’ conota calor, confiança e expressão aberta de sentimentos. Mas, precisamente porque acabamos por esperar tais benefícios psicológicos permeando a gama de nossas experiências e precisamente porque muita vida social que tem uma significação não pode conceder tais recompensas psicológicas, o mundo exterior, o mundo impessoal, parece nos decepcionar, parece rançoso e vazio” (SENNETT, 2016, p. 18).

Entrelaçaram-se de modo errôneo, vida pública e íntima, fazendo com que os assuntos públicos, que deveriam ser tratados com impessoalidade, tivessem certa ligação com sentimentos pessoais. O desejo de autorrealização esbarra nas condições de uma vida cotidiana conturbada. Não há paixão na impessoalidade, logo, não há um interesse honesto e escancarado na questão pública e, quando há, é coberto pelo véu da ilusão de achar que o está fazendo por questões de personalidade (SENNETT, 2016, p. 18).

O outro agora é um ser ameaçador, algo bastante contraditório em um mundo cosmopolita e que urgem as necessidades por um contato mais direto e que tem sua concepção nas relações da vida privada. O mesmo mundo cosmopolita exacerba, em seus projetos arquitetônicos modernos, uma hipervalorização da intimidade, do retraimento e do enclausuramento, tudo isso encaixado em uma ideia de visibilidade que une-se ao isolamento social.

Uma das características que o capitalismo industrial e a secularização trouxeram para dar mais ênfase ao que está sendo colocado em jogo aqui é a fragmentação de relações das mais diversas. Por exemplo, no modo de produção capitalista, o indivíduo se desprende do objeto que produz, tornando quase nula a identificação com o que fez, diferentemente da manufatura, em que a participação em cada etapa que o objeto passava era compartilhada por quem produzia. Podemos utilizar este exemplo e levá-lo às relações pessoais pois, através dessa impessoalidade, as relações intimistas ganham mais força e tornam-se base para as relações sociais (SENNETT, 2016, p. 39).

Sennett alerta para a solidificação de pequenas comunidades, ciclo sociais extremamente fechados e que dão a ideia de uma socialização mais ampla e que, de forma enganosa, dá a noção de comunidade ao indivíduo. Há uma identificação entre as pessoas



nestes “microcírculos” sociais, que compartilham de uma mesma visão de mundo, fazendo com que não haja interesse em uma unidade, em um bem social maior, pois esta cegueira causada por seu pequeno mundo não o permite compartilhar de sentimentos que o identifiquem com quem está fora de seu agrupamento, e interesses comuns são eclipsados por identidades em comum (SENNETT, 2016, p. 431).

O personalismo ganha vez em um espaço em que as classes, as organizações sociais, deveriam triunfar e servir de base para o fazer político em prol da justiça social. O narcisismo faz o indivíduo sucumbir a um culto a certo tipo de personalidade que resolverá as mazelas sociais e ao mesmo tempo, passará uma imagem de confiança e credibilidade, trazendo à tona a figura messiânica do político.

Se percebermos a participação política como um dos pilares na busca por igualdade, justiça e autorrealização pessoal, esta participação se ancora na vida pública e esta se esvai a cada passo que a modernidade dá, desde o nascedouro de um “desencantamento do mundo”. A desagregação do interesse comum com os espaços públicos que serviriam justamente para ações políticas de redistribuição e reconhecimento, torna a confusão entre vida pública e intimidade de suma importância para uma análise do esvaziamento da esfera pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia espontânea do capitalismo simplesmente cravou-se nas entranhas de nossa sociedade, mudando de forma drástica todos os tipos de relações sociais na era moderna. O que se era um problema estrutural tornou-se um problema do indivíduo, um infortúnio, e de forma mais contundente e violenta, falta de capacidade pessoal. A ação humana foi desvinculada do contexto de vida de cada um, marginalizando milhões e naturalizando as opressões

Um ponto ficou claro neste artigo: a falta da vivência no público, da vida compartilhada em comunidade, da relação interpessoal além do foro íntimo, além das microcomunidades que dão a falsa sensação de coletividade. E esta vivência simbolizaria também uma ação social coletiva, com aspirações e sonhos construídos juntos, universalizantes e heterogêneos, que busquem justiça social através de diversas demandas.



Revista Epistemologia
ISSN-2526-4761

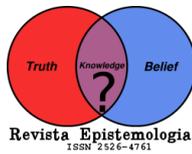
Não podemos fugir da intimidade, de relações dentro do lar, ou fora dele, mas que continuam no mesmo contexto. A própria Esfera Pública surge justamente como uma extensão da vida privada e com uma necessidade de diálogo e interação com outros indivíduos. O foro íntimo não nos serve como um lócus determinante para definirmos nossas capacidades, qualidades, defeitos, que potencializem uma autorrealização centrada na construção da identidade pessoal. Ele inicia este processo, mas ele é fomentado por relações que ultrapassem estas barreiras da privacidade e nos levem além da comodidade e familiaridade. A busca por políticas sociais mais justas e abrangentes, depende também da interação fora desta esfera privada, pois fortaleceriam laços de comunidade com pessoas distantes física e socialmente.

Quando falamos em classes subalternas, grupos sociais marginalizados às condições sociais de uma ordem vigente, a comunidade, pra muitas pessoas, é o local de refúgio, de identificação, de cooperação mútua e resistência. Resistência contra uma violência simbólica que está mais próxima do que se imagina, e que faz com que os ritos de socialização comecem e se mantenham apenas naquela localidade. A concepção de “quem sou eu” é forjada também por essa relação dialética, de uma batalha onde quem nasce “abaixo” dos parâmetros orquestrados pela meritocracia, já nasce perdendo.

Como já foi dito, instituições como Estado e Mercado delinearam de forma categórica o que é valorável perseguir para se obter reconhecimento social. A construção de uma autoimagem passa por escolhas e semelhanças contra ou a favor de nossos interesses, que estão localizadas em nosso espaço de vivência.

Reconhecimento nos diz também sobre precondições necessárias para obter-se respeito e autoestima, atributos fundamentais para um espaço social solidário e recíproco, aceitando quaisquer tipos de diferença. Autenticidade e dignidade são formas de reconhecimento que dão vazão à identidades múltiplas e sólidas, além de nos darem uma percepção eficiente sobre diversos conflitos, específicos e gerais, presentes no mundo contemporâneo.

As implicações de como um espaço público forjado das opiniões e lutas de cidadãos e cidadãs e como eles constroem um elo social, público e uma noção de si mesmos, tentaram ser colocadas neste trabalho. De forma categórica, é necessário o aprofundamento desta discussão, principalmente no tocante à reconhecimento, participação política e uma possível reconfiguração da Esfera Pública.



Revista Epistemologia
ISSN-2526-4761

REFERÊNCIAS

HABERMAS, Jürgen, Luiz Sérgio Repa, and Rodnei Nascimento. **O discurso filosófico da modernidade:(doze lições)**. Cap. 1. Martins Fontes, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Editora 34, 2003.

MATTOS, Patrícia Castro. **A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser**. Editora Annablume, 2006.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. 2º edição – Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Editora UnB, 2000.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Editora UFMG, 2003.

SOUZA, José. **A gramática social da desigualdade brasileira**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

SOUZA, Jessé; GRILLO, André. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Editora UFMG, 2009.

TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade**. Tradução de Talyta Carvalho - São Paulo: Editora Realizações, 2011